



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04 de maio de 2011

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, há número legal para o início de nossos trabalhos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, e nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública do ano de 2011.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br no link Auditorios On-line.

Esta audiência é para tratar do tema Implantação de Galpões de Coleta Seletiva.

Em primeiro lugar, atenderemos o requerimento do nobre Vereador Ítalo Cardoso, aprovado em sessão ordinária desta comissão, oficializando o convite ao Sr. Luiz Gonzaga Alves Pereira, presidente da Loga – Logística Ambiental de São Paulo S/A para comparecer e prestar esclarecimentos sobre as implantações das cinco centrais de triagem de resíduos recicláveis, previstas no contrato de concessão nos serviços divisíveis de limpeza urbana, prestados em regime público e firmados com a Prefeitura do Município de São Paulo.

O objetivo do convite também é no sentido dele prestar esclarecimentos sobre a realização das obras da estação de transbordo de resíduos Ponte Pequena, na avenida do Estado, pois há uma caixa vizinha à estação, ocasionando problemas de saúde.

Portanto, em atenção ao pedido do nobre Vereador Ítalo Cardoso – e também aditando esse pedido sobre as obras na Ponte Pequena – passaremos a palavra ao Dr. Luiz Gonzaga, para, em seguida, atender os demais requerimentos.

Em nome da comissão, agradeço ao Sr. Luiz Gonzaga pela disponibilidade de estar conosco, aliás, desde que sou parlamentar, ele nunca faltou aos convites dessa Casa. O comportamento de sua empresa, a qual V.Exa. representa nesse momento, nos deixa muito feliz, pois não faltou em nenhum momento à discussão e na busca daquilo que possa convergir na obtenção dos bons resultados no relacionamento com o setor privado.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Gonzaga antes do nobre Ítalo Cardoso iniciar suas

perguntas.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Bom dia, cumprimento a todos, agradeço mais essa oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Ítalo Cardoso.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Bom dia, Sr. Presidente, nobre Vereador Juscelino Gadelha, assessores, pessoas e representantes de entidades presentes.

Agradeço a presença dos Srs. Dráusio Barreto e Luiz Antonio Fragoso, da Limpurb, Luiz Gonzaga, nosso convidado da Loga e também Nelson Domingues, Presidente da Ecourbis Ambiental.

Sr. Presidente, o que me instigou a elaborar o requerimento para que V.Exa. convidasse o presidente da Loga Ambiental foi uma investigação, uma inquietação, minha mesmo, e que tenho tido ao longo do meu mandato, fato que se fez presente desde que fui procurado por entidades e pessoas diretamente ligadas ao material reciclável na Cidade.

Existia uma expectativa por parte desse segmento que, agora, consolida-se com a aprovação de legislação federal e, portanto, não é mais só expectativa, pois ela trata do resíduo sólido - não só do seu recolhimento, mas também separação e destinação final - como um processo integrado e, para que tenha eficácia, há necessidade de integração dessa lei federal com a estadual, passando pela municipalidade, mas, fundamentalmente, através de uma parceria com a sociedade civil, tanto a que produz esse material, esse lixo, esses resíduos, como também com a que vai para a rua coletar e antecipar o trabalho das Prefeituras.

A esse trabalho, inclusive, reputo, hoje, um valor inominável, inclusive, àquele que desenvolvemos no Legislativo, o qual é uma mescla na comissão, ou seja, está voltado para a questão ambiental, mas ligado também à questão de direitos humanos. E explico onde essas partes se misturam e se interagem: estamos falando de uma cidade que produz 17 mil

toneladas de lixo por dia. Temos desde poda de árvore, entulho, plástico, vidro, papel e papelão, entre todos os tipos de coisas.

O trabalho dessas pessoas que à frente fazem esta separação e diminui a quantidade, principalmente, em São Paulo, pois há mais de 20 anos que ouço nesta Casa que estamos saturados, que não temos onde colocar o nosso lixo doméstico, não temos onde colocar as nossas podas, nossa sobra de entulho. E uma parte da sociedade civil, não fez isso porque acha legal, fizeram por opção de vida, a única que sobrou, a condição que sobrou foi fazer o recolhimento e a separação deste material em São Paulo.

Nossa preocupação vem de que este segmento já passa de 20 mil em São Paulo. Se, antigamente, falávamos que era o pé inchado, e tinha no seu carrinho um cachorro e uma garrafa de cachaça, hoje são mulheres com filhos que estão dentro destes carrinhos, não há mais o cachorro. É uma situação que os legisladores devem observar, que houve também uma mudança nada elogiável. É uma mudança que não faz nenhum administrador se sentir orgulhoso, uma mudança que mostra a degradação de um segmento dessa Cidade, embora, falemos do crescimento da classe média, estamos falando aqui hoje de um setor que está no último degrau da escala. Se perder a condição de fazer esse recolhimento, este trabalho, muitos destes vão para baixo do viaduto porque perderão de vez a possibilidade de ter qualquer tipo de ganho.

Nós legisladores temos de olhar para estes cidadãos, primeiro, como agentes importantes, agentes ambientais importantes para São Paulo que fazem esta separação, que fazem este recolhimento. Temos de olhar para estas pessoas como prestadores de serviço que tem de ter um cuidado por parte da administração, por parte dos legisladores, por parte dos governantes porque precisam de uma atenção especial, precisam saber que precisam usar IPI, precisam ter um convênio médico de qualidade e um atendimento público de saúde de qualidade.

Precisa-se pensar o que é a insalubridade deste trabalho e, portanto, pensar

inclusive numa aposentadoria especial. Estamos falando de um sistema complexo e hoje eles estão organizados, tem propostas claras, objetivas, propostas para se integrar neste processo ao qual me referi no início, que foi a aprovação da Lei Nacional de Resíduos Sólidos.

Não adianta falar em logística reversa se não conseguirmos olhar o principal agente desta logística, que é aquele que recolhe este material. É sabido e assumido que a Prefeitura não possui condições de fazer este trabalho, não tem condições de fazer este recolhimento. É sabido também que não temos mais aterros para colocar aquilo que produzimos as 17 mil toneladas de lixo que produzimos em São Paulo.

Portanto, é preciso tomar medidas que valorizem esses cidadãos que vão às ruas, recolhem e reciclam esses materiais. Muitas vezes, esses seres são tratados como lixo. Falo de várias denúncias que vieram a esta Casa de ações da Guarda Civil Metropolitana que trata com jato de água fria, nas madrugadas, as pessoas que dormem nas calçadas do Centro. Muitos desses são os que trabalham até à meia-noite, recolhendo todo o papel que os bancos, as lojas, colocam aqui no Centro.

Recebi ontem uma denúncia que a Subprefeitura de Itaquera fez uma ação daquelas que eles se orgulham: lacraram a cooperativa Um Novo Pensar porque ela não tem todos os documentos necessários para funcionamento. Se é assim vamos lacrar muitas empresas grandes nesta Cidade. Muitas empresas que estão constituídas, empresas de transporte, hospitais.

Agora, lacrar uma cooperativa destas porque não tem todos os documentos é o Poder Público dizer que vai atrapalhar aqueles que querem ajudar e estão fazendo o que o Governo deveria estar fazendo. A subprefeitura de Itaquera quando mandou seu agente vistor para usar a sua atribuição de agente da lei, não deve ter pensado no que significa fechar hoje uma cooperativa.

Só uma informação para o Vereador Juscelino, nós temos hoje mais de 22 mil pessoas, algumas falam em 25, que vivem integralmente do que separam ou recolhem do lixo

na cidade de São Paulo. A Prefeitura não reconhece nem mil! A diferença é que quem tem o crachá chega a tirar mil, mil e duzentos, mil e trezentos por mês porque sabe aonde ir. Sabe que o seu material tem preço. Agora, os outros estão caindo na mão dos atravessadores, com renda que não passa de 500 reais por mês.

Quando convidamos o Sr. Luiz Gonzaga, e aproveito para agradecer a sua presença, também contamos com a presença do representante de ECO URBIS, e o representante do setor de Limpurb, é para entender por que a Loga não cumpriu ainda cláusula que entrou em seu contrato, firmado em 2003, que teria de construir cinco galpões, com infraestrutura, como esteira, compactador, caminhões, dando condições e criando centros de triagem para o próprio material que ela recolhe. Mas até, 2011, não vimos às cooperativas em funcionamento. De público, gostaríamos que explicassem o por quê uma vez que está no contrato que a Loga assinou. Por que não foi viabilizado? Qual o motivo? Faltou dinheiro, área, vontade política, o que faltou? É grave. Estamos denunciando, Presidente, há mais de três anos – e os catadores há ainda mais tempo – sobre um dinheiro que há no Governo Federal para a cidade de São Paulo construir dez centrais de recolhimento de lixo, e não faz porque não se destinam terrenos. Ah, não tem terreno? O Prefeito Kassab criou um departamento então pilotado pelo então Secretário Rodrigo Garcia, hoje deputado federal, e logo, logo Secretário de Estado, se não me engano, ele fez o mapeamento de todas as áreas públicas disponíveis na cidade de São Paulo. Eu não preciso ir à subprefeitura e perguntar ao subprefeito se tem porque ele quer fazer pracinha bonita! Ele quer tirar o povo do meio da rua para dizer que a região dele é bonita. Ele não vai repassar área pública para fazer galpão de reciclagem. Portanto, tem que ter vontade política e vir de cima porque a Prefeitura sabe onde estão os terrenos. Um Secretário mapeou por dois anos, fez isso por dois anos.

Estou me estendendo porque não quero mais fazer perguntas visto que existem coisas que se eu perguntar parece redundância, vou dar desculpa para dizerem: estamos aqui para observar... É que eu sou novo na Secretaria do Verde, estou chegando agora, estou

observando, estou coletando informações e depois vou responder. Isso acontece faz três anos! Acho que esta Casa precisa parar de ser pelego. Getúlio Vargas dizia que era a manta que amortecia o choque da bunda do cavaleiro com a sela do cavalo! Não vamos, não podemos mais fazer esse papel. A Prefeitura precisa nos dizer porque não fez!

Por isso, Sr. Luiz Gonzaga, quero agradecer a sua presença, quem sabe conseguimos entender o porquê não estão em funcionamento cinco centrais, pois a Loga assinou o contrato de que as fazia, porque eu sei que é importante para o trabalho que o senhor desenvolve porque também quero saber, pois na ausência das centrais, o que está sendo feito, qual a saída?

Sr. Presidente, antes de encerrar, requeiro providências quanto a lacração dessa cooperativa uma vez que a Subprefeitura de Itaquera não ajuda ao fechar cooperativa que está, inclusive, organizando-se, correndo atrás de documentação. Sabemos que deve ter várias lojas bacanas por lá sem qualquer documento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos entrar já em contato com a Subprefeitura para que possa esclarecer durante a sessão, para sabermos qual o procedimento adotado e o que se propõe para o espaço.

Tem a palavra Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Sr. Presidente, convidados, bom dia. Estamos aqui para conversar sobre assunto velho. Estou na Casa faz seis anos, pelo menos há cinco falamos desse assunto. Ouço o Ítalo falar o mesmo, pois faz tempo está à frente da Comissão de Direitos Humanos, também discutindo a mesma questão referente à coleta seletiva.

Quero lembrar que temos tradição em reciclagem. O Brasil recicla 90% de suas latinhas, cerca de 70% das pet porque houve valorização para venda. Papel, papelão, etc, são reciclados. É uma tradição no Brasil e na cidade de São Paulo. Muitas pessoas sobrevivem com a reciclagem.

Com tristeza vemos essa situação porque faço parte da base do Governo desde 2004, na verdade. E fico triste não pelo Valdecir, mas é que passaram vários diretores pela Limpurb. Nenhum deles conseguiu injunção quanto à organização e de fato tentar resolver o problema da reciclagem. Ano passado, se não me engano, fizemos audiência pública com o Governo Federal que colocava dinheiro, o BNDES financiava caminhões, esteiras, etc. Davam praticamente 100% do dinheiro para construção de galpão, e a Prefeitura precisava somente dar o terreno. Essa junção da vontade e da necessidade, não se encontrou o caminho para o entendimento. Perguntou: será que as empresas não querem ampliar a coleta seletiva do lixo na cidade de São Paulo? Essa é a pergunta. Será que aumentando a reciclagem diminui a coleta e com isso o valor do contrato de recebimento? Não sei! Falo pensarmos juntos porque alguma coisa tem. Como o Vereador Ítalo citou, houve o levantamento de muitas áreas da cidade e algumas até foram vendidas. Quer dizer, para vender traz para a Câmara Municipal projeto de lei, em processo de urgência, votamos e liberamos uma área à iniciativa privada. Então, entre a necessidade e a vontade há um percurso sobre o qual temos de ter compreensão. Aqui está a junção.

Digo claramente a vocês, acho que não há vontade das empresas junto com a Prefeitura de fazer coleta seletiva na cidade de São Paulo para ser referência mundial. Porque há vontade e temos mão de obra para tanto, são quase 25 mil pessoas que sobrevivem da reciclagem. A Eva não está presente hoje, acompanho a Eva faz tempo na região do Tremembé, Tucuruvi, é uma mulher que sofre, tenta ter um galpão. Ela tem um caminhão velho, ela mesma vai recolhendo e recolhendo, quer dizer, vemos a necessidade e o empenho de pessoa que quer fazer isso.

Estou cansado também! Estou chegando no meu limite porque se é para não fazer, não vamos fazer e acabou! Não tem mais discussão, cada um que procure o seu caminho, as suas instâncias para fazer do seu jeito porque não dá mais para ficarmos assim, devemos estar na décima audiência pública, não é isso? Repito, são cinco, seis com Limpurb e não engata,

não engata. Também com os diretores das empresas, não engata, não engata! Quer dizer, vamos à realidade: as empresas têm vontade não só no aspecto financeiro, mas a vontade política para ajudar, para melhorar e ampliar a questão da coleta seletiva em São Paulo. É uma pergunta: a Limpurb tem condições de ajudar a encontrar essas áreas para buscarmos esse dinheiro do Governo Federal, que estamos quase perdendo, para a implantação dos galpões?

O SR. ÍTALO CARDOSO - Da Loga, esse dinheiro não viria do Governo Federal. É dinheiro da Prefeitura.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Não, não. Sei disso. Mas lá também tem. Tem duas fontes de dinheiro. Estamos falando de duas fontes, não apenas de uma.

Temos estrutura para buscar, tem de ter vontade da Prefeitura para apresentar as áreas. Na época eram 10 áreas. Todas as áreas que apresentamos eles diziam que não era possível, porque tinha problema. Áreas apresentadas, tanto pela Câmara, como pelos próprios catadores, não foram aprovadas. Todas tinham problemas e o assunto não desenrolava.

É preciso buscar o entendimento de empresas, do Poder Público Legislativo e Executivo para decidir se fazemos ou não. Então, aí nós paramos, porque, realmente, já estou chegando ao limite. Estou há cinco anos nessa história, penso que é um dos temas mais longos da Casa que discutimos e não conseguimos avançar. Avançamos em tudo que fazemos, menos nesse assunto.

Há interesse público, da parte da Prefeitura, em fazer? As empresas Ecourbis e a Loga têm vontade de ajudar na ampliação e contratação das cooperativas para o lixo seletivo?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Inicialmente, passarei a palavra ao Sr. Luiz Gonzaga, para apresentar as razões e historiar a respeito desse assunto.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Obrigado.

Primeiro, Vereador Juscelino, não temos vontade, não. Temos obrigação, o contrato nos obriga a construir.

Farei um histórico, porque é bom que fique nos anais desta Casa, mais uma vez, a falta de paciência que as empresas também têm em relação, não só a esse assunto, como com todo o contrato de concessão da coleta, do transporte, do tratamento e da destinação final dos resíduos domiciliares e do serviço de saúde da cidade de São Paulo.

O contrato, já disse aqui, é um norte para a cidade de São Paulo, mas, lamentavelmente, foi todo estraçalhado quando houve a mudança de administração. Lamento ter de dizer isso mais uma vez, mas essa é a verdade. As cinco centrais da Loga eram para ser construídas imediatamente, no primeiro ano da concessão. Ou seja, entre 13 de outubro de 2004 e 12 de outubro de 2005, deveríamos ter entregado à Prefeitura as cinco unidades objeto do assunto de hoje.

Não foram entregues porque houve uma mudança no contrato e transportaram a implantação dessas cinco centrais para: duas no nono ano da concessão, que vai ocorrer em 2013; mais duas em 2014 e uma em 2015.

Não fui eu que transportei. Temos de fazer a pergunta para a Administração que fez isso.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Entendi. O contrato transportou para frente as cinco centrais.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Exatamente. Houve, em outubro de 2007, finalmente, um termo - que não sei o nome, uns dizem que não é aditivo contratual. Para mim é um aditivo contratual. – no qual essas cinco centrais são transferidas para começarem a ser feitas daqui a dois anos.

Em muito boa hora, diga-se de passagem, e não é porque está presente a Prefeitura, por meio do Limpurb, representada pelo Dr. Luiz Fragoso, no ano passado chegamos ao limite de saturação. Porque o povo quer fazer seletiva e nós não temos como levar a seletiva. Essa é a verdade, não podemos mentir.

Como presidente da empresa, sou quase um agente público. Também tenho a

minha responsabilidade. Agora, só posso desenvolver aquilo que está no alcance da empresa, que tem o recurso para investir. Falo, inclusive, se me permitir o Nelson, em nome da Ecourbis. Nós temos o recurso para investir.

Agora, onde estão os terrenos? Conseguimos o primeiro, mesmo fora do prazo, a Limpurb, cujo diretor está presente, nos aprovou fazer a primeira. Estamos com o projeto pronto e caminhando para entregá-la, no mês de novembro, em Perus. Daqui para frente não tenho nenhuma informação para dar.

Há uma provável antecipação, que está por se concretizar, por meio do reequilíbrio contratual, que deveria ter sido feito até outubro de 2009, para vigência no dia 13 de outubro de 2009, e que, agora, essa administração da Secretaria de Serviços e da Limpurb estão ultimando para poder terminar.

A situação é muito clara: dê-nos os terrenos, mudem os fatores do contrato, que foram postergados e nós, um ano depois, como reza o contrato, entregaremos as cinco unidades.

É tudo o quanto tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Luiz, vou me manifestar nessa situação, porque embora seja médico, acompanhei esse processo desde o início. Com o meu conhecimento de Direito - que qualquer cidadão tem - li o que foi feito na mudança contratual em nome do meio ambiente, pela Secretaria de Serviços, concluí que é um misto de dantesco com esquisito, e que saiu como termo de ajuste para resolver o problema do meio ambiente e, na verdade, é um aditivo contratual, com todas as características de mudança de contrato.

Participamos da Comissão do Lixo, que estudou o lixo de São Paulo, assim como todos os contratos, conheço-os de cabeça. Nunca imaginamos que surgiria um documento da Prefeitura mudando um contrato desses, daquela forma.

Se tivesse sido feito por algum professor, um médico, ou por alguém sem formação, passaria. Mas tínhamos um promotor na Secretaria de Serviços, um homem de lei, que

conhecia tudo. Não tenho a menor dúvida que aquela mudança contratual trará um problema muito grande para nós.

A mudança foi feita na forma do pagamento para vocês, quanto tiveram de desacelerar o cumprimento de contrato. Na tenho a menor dúvida que isso se tornará um precatório muito grande para pagarmos lá na frente para as empresas.

Até, Luiz, na situação que vocês estão hoje, com certeza, estão com a vida financeira dos netos garantida. Porque foi um absurdo o que vimos.

Quando precisamos criar um absurdo, contratamos uma instituição de nome. Na época, foi contratado um instituto para levantar o preço do serviço, mas nada do que estamos discutindo agora estava incluído na avaliação desse preço. Simplesmente, levantaram o custo de um serviço e não levantaram o quanto custaria o contrato que estava vigente.

É uma situação que eu nunca tinha visto, não tem precedente nos contratos que tenho acompanhado. Em que pese toda a nossa preocupação, creio que a forma como vem sendo conduzido é muito difícil. O companheiro da Limpurb, aqui presente, poderá dizer que o Dr. Paulo Frange não tem aparecido por lá. Não dá mais. Já estou há 15 anos na Casa e não consigo falar com a mesma pessoa mais do que uma vez. Quando eu volto, ela não é mais a responsável, não é mais com ele, mudou o departamento, o contrato foi para outro lugar, voltou para vocês, foi para a secretaria, voltou e não temos com quem falar.

Então, não sei como você, Luiz, vê esse processo, mas acho que nós, do Poder Público, não tivemos a maturidade e a experiência para conduzir esse processo. Do outro lado, tínhamos empresas privadas com estrutura para poder fazer o gerenciamento de relação e custo, a relação de implantação e esse custo econômico. De repente, mudamos as regras no meio do jogo. Agora, estamos no jogo. Já passamos dos 45 minutos e não tem juiz para apitar. A impressão que tenho é que estamos hoje, absolutamente, à deriva nessa relação.

É justa a cobrança. Tenho uma cobrança a fazer, especificamente, ao Luiz. Ele sabe da preocupação que tenho em relação à creche situada ao lado da Estação de

Transbordo Rio Pequeno. Luiz, eu revi todas as suas afirmações transcritas pela Taquigrafia, naquele momento, dizendo que iam fazer e que iam começar. Trouxe as imagens que você nos deixou. São imagens que gostaríamos de ver, hoje, implantadas lá. E, no entanto, vimos que o processo não andou.

Gostaria que você nos explicasse por que ainda temos aquela situação lá. Ela é nociva à saúde de 170 crianças que estão coladas à Estação de Transbordo Rio Pequeno.

Tem a palavra o Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Bom dia a todos, Srs. Vereadores e presentes. Hoje, a Casa está discutindo o lixo como um todo. Na reunião do meio ambiente está presente o Secretário de Serviço, Dr. Dráusio Barreto discutindo sobre a mesma questão. Agora, neste momento, discutimos também com os diretores. Isso é super importante. Então, felizmente o Governo está atento e à disposição dos senhores.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Poderíamos pedir ao Roberto Tripoli, Líder do Governo, que convidasse o Sr. Secretário a vir a esta reunião, aproveitando que está na Casa. Eles estão na Comissão de Meio Ambiente discutindo o problema das “sacolinhas”, que serão banidas da cidade de São Paulo. Se V.Exa. concordar, poderia pedir ao Líder para falar com o Sr. Secretário para passar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Vereador Roberto Tripoli.

O SR. ROBERTO TRIPOLI – Gostaria que o senhor marcasse nova data, porque o Sr. Secretário está de saída. Porém, o Governo está à disposição, como o senhor tem notado. Todos os convidados comparecem. Nunca a Casa teve a presença de tantos Srs. Secretários como nessa nossa gestão.

O Sr. Secretário está à disposição. É só marcar a data. Não hoje, porque o Sr.

Secretário tem outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Sr. Secretário nos encaminhou o Diretor de Limpurb que o está representando, pela coincidência dos horários.

Com a palavra o Sr. Luiz Gonzaga.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Foi feita menção ao ano de 2007 envolvendo situações jurídicas e por uma questão de justiça para com o Dr. Dráusio, que também é procurador, falo que sob sua administração as coisas começaram a mudar. Isso é verdade. Tanto que ele fez um esforçado e, seguramente, o Dr. Frangoso poderá também complementar o que vou dizer, no sentido de terminar o reequilíbrio contratual, fazer antecipações importantes que haviam sido deslocadas anteriormente e retornar o mais próximo deste momento. Então, é justo que mencionemos, porque nem tudo remou contra.

Há uma esperança, mas quero entrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só quero deixar bem claro para todos: é a visão que temos. E acredito que se pegarmos essa peça toda, desde a lei aprovada até a data de hoje, num resumo claro e apresentar o que aconteceu no último ano de qualquer faculdade de Direito do Brasil, vamos ser criticados e virar chacota. Acho que sobre o que aconteceu ao longo de tudo isso, cada um fez a sua imagem e semelhança, aquilo que pensou, ou seja, as regras claras não foram cumpridas como deveriam. Aquilo que se deu o nome de termo de acordo, etc., nada daquilo passa por ninguém como se fosse tão simples. Imagino que esse processo hoje, à luz de qualquer discussão judicial, a Prefeitura está absolutamente desarmada. Pode ser que agora estejam organizando, mas imagino que a fragilidade está do nosso lado, estamos errando na condução do processo.

R - Sempre considerei o contrato de concessão, não porque haja interesse comercial nele, essa é uma relação muito transparente entre a empresa e o Município, mas o contrato de concessão não nasceu através de gotas de chuva, foi estudado na profundidade que deveria ter sido, pessoas importantes participaram desse estudo, desde o ano de 2002,

houve o envolvimento de técnicos internacionais e profissionais da área de Saúde ligados a USP. Ou seja, este contrato é uma referência, um norte, porque ele traz ou deveria trazer, melhor dizendo, a possibilidade da iniciativa privada realizar os investimentos necessários ao desenvolvimento da limpeza urbana na Cidade de São Paulo.

Foi lamentável e quero repetir mais uma vez, houve praticamente uma ruptura neste contrato, porque ele foi feito, marcos foram postergados e nós, imagino também a Ecourbs, na qualidade de concessionários, nos sentimos em posição de desconforto.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Foi por solicitação dos senhores que esse contrato foi alterado?

R – Absolutamente, Vereador. Como Presidente de uma organização que assina um contrato, se eu não tiver responsabilidade, tenho vergonha na cara, tenho de cumprir aquilo que está escrito. Infelizmente, fui impedido. E acho que o Dr. Nelson, através da Ecourbs, também, porque o instrumento foi alterado.

O SR. ÍTALO CARDOSO - Se o senhor me permitir, porque o Prefeito de então, Sr. José Serra, disse ter cumprido tudo o que estava no contrato com as empresas. O senhor está dizendo que ele não cumpriu e também colocou uma medida de força. É isso?

R – São palavras de V.Exa., evidentemente, mas que houve alteração no contrato é público. O contrato está disponível nesta Casa, já viemos aqui cerca de 15 ou 20 vezes, para falar sobre esse contrato e, infelizmente, foi alterado. Se este contrato estivesse seguindo o seu curso normal, seguramente, não estaríamos aqui hoje. Estaríamos por outros motivos, que seriam, imagino eu, importantes também, mas não graves como o que estamos discutindo, porque a nossa missão como concessionário é, por exemplo, o Limpurb determina os roteiros para fazermos a coleta, transporte e entrega à cooperativa, que também o Limpurb determina, e no final da tarde vamos à cooperativa recolher aquilo que chamamos de refugo, ou seja, o que não foi aproveitado. Este é o trabalho da concessionária neste foco de coleta seletiva e a construção das cinco estações de triagem que foram postergadas.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA (?) – Qual seria o volume de recurso necessário, Sr. Presidente?

Não é grande coisa. Nós estamos falando de 10, 12 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Em 2004, então, seria bem menos?

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA (?) – Não, eu estou falando de número histórico.

P - Tá.

R - Mas, para um contrato da grandeza que é esse contrato, imagino que isso não é nenhum problema para nenhuma das duas concessionárias. E nós viemos aqui para trabalhar, para ter responsabilidade. Não viemos para brincar. Também temos um compromisso com a população de São Paulo. Não estou aqui fazendo demagogia, porque não preciso. Sou pago por uma organização. Estou dizendo a verdade.

Agora, reafirmo que eu tenho a esperança, porque estamos trabalhando nesta Administração, que começa com o Dr. Dráusio Barreto, há menos de um ano, para ver se recolocamos a coisa em ordem.

Queria aproveitar para responder ao meu ilustre Vereador Presidente da Comissão Dr. Paulo Frange sobre o assunto do transbordo. Tivemos problema, sim. Mas para que o senhor tenha idéia toda a estrutura de cobertura, todo o sistema de lavagem, os filtros estão já no local. Tivemos um problema com as chuvas, atrasou a obra, mas não podemos passar do dia 30 de julho com a obra terminada. Estamos tomando medidas paliativas no que se refere à questão de odores. Fazemos uma série de inspeções. Estamos também com a companhia que inspeciona esse assunto, o organismo que trabalha com o meio ambiente no Estado de São Paulo, monitorando. Temos feitos encontros com a sociedade que vive no entorno, inclusive a creche que V.Exa. mencionou. Queremos crer, temos praticamente certeza, se nenhum outro fato maior vier a acontecer, que, até dia 30 de julho, a Estação de Transbordo de Ponte Pequena - que não tem nada a ver com aquilo que estava lá - entra em operação e alivia esse

problema que é muito grave.

P - Luiz, há uma informação aqui de que a Cetesb pode exigir novos estudos sobre as instalações neste momento, situações que envolvem remediação, e isso poderia atrasar o processo.

R - Não.

P - É isso o que nos trouxe a preocupação maior.

R - Não.

P - Porque, se a Cetesb agora, depois de haver licenciado...

Não há nenhuma informação a respeito disso?

R - Não, não, não.

O processo foi todo ele licenciado de acordo com a legislação. Temos a licença dada pela Cetesb e nada mais há a não ser terminar a obra e colocar em operação.

Esse projeto também teve o seu custo normal. Ele participou de todas as etapas.

P - A ligação foi feita, então?

R - Foi feita.

P - A...(ininteligível)... de tanque, tudo aquilo?

R - Tudo, tudo, tudo.

O que talvez possa estar colocando algum grau de desentendimento é que parte da remediação foi feita anteriormente à obra...

P - Isso.

R - ... E parte da remediação está sendo feita no transcurso da obra, porque ela é subterrânea.

Então, na medida em que está sendo feita toda a sistemática de fundação estrutural do prédio, também a remediação, paralelamente, está sendo feita. Mas não há nada que necessite de novas licenças ou que possa paralisar, salvo os problemas que já tivemos e foram superados, porque o tempo está estável - mais ou menos estável - e temos - 100% nunca se

pode ter - 95% de certeza de que, em 30 de julho...

E por que dizemos isso? Porque as coisas já estão. O que precisamos - filtro, cobertura - já está no local da obra. Então, é terminar a estrutura da infra para, imediatamente, realizar a superestrutura da obra.

P - Não há contaminação, então, de água profunda como...?

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Não, não, não. Tudo isso já foi superado; o projeto está sendo feito de acordo com o licenciamento. Não há nada que possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Posso avisar as crianças e os pais lá, então?

R – Eu lhe diria que o senhor deve avisar. Mas já avisamos. Temos feito reuniões mensais com a comunidade. Na última, em 2 abril, num sábado, parece que representantes da creche lá estiveram; e em maio faremos outra reunião.

P – Ok.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Estava dialogando com o Vereador Juscelino sobre o que fazer com relação a essa alteração de um contrato feito com a Loga. E fico, mais uma vez, com a certeza daquilo que afirmei no início: a Administração tem contribuído muito para a situação de desregulamentação com relação a recolhimento, coleta e destinação final de resíduos na cidade de São Paulo. O Sr. Luiz Gonzaga falou de um volume de dinheiro – 12 milhões de reais –, que, para uma cidade que planeja arrecadar 40 bilhões, é dinheiro de café. Repito: dinheiro de café. Creio que não temos outra coisa a propor. Tenho certeza de que se pedíssemos esse volume ao Sr. Prefeito, e se S.Exa. quisesse, até daria, mas não vou perder esse tempo.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA – Permite-me, Sr. Vereador?

P – Pois não.

R – Não há necessidade; basta autorizar. O dinheiro é nosso. Nós é que vamos colocar o dinheiro.

P – É, é isso. Pior ainda do que estou falando. V.Exa. já disse, desde o início, que as empresas têm disposição, tem recurso e querem fazer. Temos de mandar um ofício ao subprefeito, relatando o que ouvimos. É grave, é verdade. Foi numa outra gestão, na Sr. José Serra, mas o Prefeito Gilberto Kassab não pode... sem assumir também a participação do que foi feito, senão tomar nenhuma decisão para reverter. Então esta comissão tem de fazer o possível para que esta alteração contratual seja voltada para o seu caminho original, que é dar às empreiteiras – à LOGA, à Ecourbis – autorização para construir esses equipamentos, uma vez que não precisa nem de dinheiro público num primeiro momento. Acho que é mais grave ainda. Se a Prefeitura não atender uma solicitação como essa, na verdade demonstrará uma vontade deliberada de atrapalhar. Imaginem galpões que teriam de estar em funcionamento em 2014, mas só iríamos falar em funcionamento no final de 2015, isso sem pensar na quantidade a mais que vamos produzir daqui até lá quando se fala em coleta seletiva, não só de resíduos produzidos nas casas e nas empresas, mas de outros tipos, como falávamos há pouco – das pilhas, dos remédios, de lixo eletrônico. Na Câmara, tramitam nove projetos que tratam sobre a questão de lixo eletrônico. A quantidade de computadores, de baterias de celulares e de monte de tranqueiras a mais, que não duram mais de dois anos porque ficam ultrapassados. Onde vamos colocar tudo isso? Esperar até 2015? É muito tempo.

P – Tem a palavra o Sr. Luiz Antonio Reali Fragoso.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Eu sou o Luiz Antonio Reali Fragoso, Diretor do Limpurb, onde estou há pouco tempo. Mas não vou me ater a isso, e, sim, à tônica dos nobres Vereadores Ítalo Cardoso, Juscelino Gadelha e Paulo Frange. Há uma vontade política, desde o momento que eu vim para a Prefeitura, do meu Secretário, Sr. Dráusio Barreto, e, por consequência, do Sr. Prefeito, de responsabilizar todas as ações possíveis para a consecução das centrais de triagem. Nesses oito meses que estou no Limpurb, e o Dráusio, que está há menos de um ano na Secretaria, todos os esforços estão sendo feitos. Seria politicamente incorreto se falasse sobre as administrações anteriores, sobre as quais não tenho

condições de falar. Posso falar sobre esta Administração do Dráusio Barreto. E fui incumbido de tomar essas providências. Tudo aquilo que foi relatado aqui é verdadeiro. Não há nenhum fato contrário. As providências são: imediata antecipação de marcos. O contrato, com todas essas dificuldades e heresias políticas que podem existir, e sobre as quais não entrarei no mérito de que existe ou não, tem instrumentos para corrigir; e isso está sendo feito por determinação, acredito, até do Sr. Prefeito, e, particularmente, do meu Secretário. Nós, do Limpurb, estamos tomando todas as providências. Hoje, tanto a Ecourbis como a Loga estão em fase de conclusão de duas centrais, determinadas pelo Limpurb na minha administração, na administração do Secretário.

O SR. JUSCELINO GADELHA – São duas. Onde estão?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Das 17 previstas na concessão, 5 seriam da Loga e 12 da Ecourbis. Neste momento, duas estão em fase de implantação. A da Ecourbis, da Rua Miguel Yunes, está mais adiantada, ainda que estejam esbarrando na difícil burocracia da Prefeitura. Nunca exerci nenhum cargo público. Dráusio me convidou exatamente porque ele pediu que eu trouxesse, digamos assim, algumas coisas da iniciativa privada para o Limpurb, e esbarro terrivelmente na burocracia municipal. Estamos, como disse, nesse processo de reequilíbrio, que, como o Dr. Luiz Gonzaga mencionou, deveria ter sido feito em 2009. Esse processo está em fase final de conclusão, e nós estamos avaliando o impacto na tarifa dessa antecipação de marcos, porque quando se postergaram essas medidas, houve uma redução nas tarifas. Agora vai se restabelecer essa parte. Quer dizer, é um jogo financeiro do qual eu não participei e, portanto, não tenho como falar. Então pretendemos antecipar marcos. E agora vou entrar no ponto que, talvez, seja fundamental. Acho que o Vereador Ítalo Cardoso mencionou, digamos assim, a existência de uma Secretaria de Infraestrutura, e teria condição de disponibilizar as áreas. Confesso que tenho aqui todos os relatórios. E das 96 áreas indicadas, 68 foram rejeitadas. Valdecir, que tem sido uma pessoa perene no Limpurb, e que é um batalhador pela reciclagem, é um líder no tocante às cooperativas e aos convênios,

briga diuturnamente por essas providências. Estamos conveniando novas cooperativas. Estamos tentando desburocratizar a documentação desnecessária (?). Fizemos reuniões na Secretaria de Gestão pedindo que fossem estabelecidas novas formas de convênio, para facilitar. Estamos tentando conseguir capacitação do pessoal que trabalha lá. Mas o obstáculo principal de centrais de triagem, em que pese a forte argumentação do Vereador Ítalo Cardoso, é disponibilização de área. Tomo a liberdade, porque esta Casa Legislativa tem força. Já conversei com alguns Vereadores, e considero imprescindível, Srs. Vereadores, quando mencionaram que já estão ficando cansados de lutar por isso. Creio que haja uma bandeira nova a ser levantada para as centrais de triagem: a imediata flexibilização da legislação. O problema concreto que existe, salvo a minha inexperiência ou ignorância na matéria. Aliás, os senhores já cuidaram do assunto por muito tempo, motivo pelo qual não me sinto em condições de ditar regras. Estou sendo muito cuidadoso em relação a isso. Mas manifesto, como uma pessoa preocupada, e acho que transmito...

O SR. ÍTALO CARDOSO – O senhor me dá um aparte?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Claro.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Digo isso não porque tirei de algum canto, mas porque fui apresentado ao Secretário, na condição de responsável por fazer a separação de todas as áreas públicas disponíveis na Cidade. Neste momento, exatamente, as grandes incorporadoras da Cidade, como Cyrella e Queiroz Galvão, estão se engalinhando por uma área fantástica na região de Pinheiros, que está sendo disponibilizada para permuta. Ali o metro quadrado vale diamante. Então, estou dizendo da possibilidade, do que foi feito, do acúmulo que a Prefeitura já tem e dessas possibilidades que podem existir. Garanto para o senhor que não vão faltar empresas querendo disputar aquele pedaço de chão que a Prefeitura está disponibilizando nos Jardins. Trata-se de uma área grande. Tem gente disputando do jeito que pode para poder pegar, porque ele vende antes de lançar a planta.

Então, se quiser, dá-se um jeito. Não estou responsabilizando o senhor. Digo mais

uma vez que o senhor entrou na ciranda que já está se tornando costureira. Na hora em que o senhor começar a entender o traçado, onde entra, onde sai, onde começa e onde termina, o senhor poderá ser transferido para outro setor. De qualquer forma, não será mais o senhor que se sentará nessa cadeira para falar sobre cooperativa e Limpurb. Infelizmente, tem sido essa tônica.

Quando vem alguém da Secretaria do Verde, já nos preparamos para a pessoa usar dez minutos para se apresentar e usar gerúndios comuns a quem está chegando, estudando e vendo. Esse é o problema. Acho que esse problema não está na pessoa ou no secretário, está na estrutura, mas ele existe.

O Secretário Rodrigo Garcia, competente que é, fez esse levantamento. Sei de casos no Campo Limpo, por exemplo, que só faltou o subprefeito ser demitido e falarem que aqui não, não queremos lixo aqui. Esse é o problema. Se o senhor não esbarrou com esse problema, ainda vai esbarrar, pode ter certeza disso. O senhor se lembrará de mim quando se deparar com esse problema.

- Manifestações múltiplas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nós tivemos uma experiência como essa fora de São Paulo. Vimos o que acontece quando uma cidade é escolhida como vítima do Governo Federal, porque ali será implementada uma penitenciária. Fizemos um movimento gigante para poder tirar a penitenciária de alguns lugares que hoje tem paz no Brasil. Conseguimos. Até sugerimos que a colocasse na terra do ministro, quando ele era de São Borja, no Rio Grande do Sul. Quando se indicar um ponto desses para se colocar uma central de triagem, a resistência da população será muito grande.

Acabo receber uma notícia com relação à situação que envolve Itaquera, sobre o pedido de lacração, a reclamação partiu do CEU e de creches, que estão ao lado, em função do número de roedores e outros, enfim aí começam as reclamações e a pessoa acaba pressionando a Subprefeitura, que acaba tomando uma atitude que vai contra o nosso

interesse.

A identificação dessa área, a degradação que acontece no interior e com o preço dos imóveis do entorno e as atividades que são implementadas ali, é uma situação muito delicada. Nos locais onde a Prefeitura tinha projetos sociais para poder receber o morador de rua apenas para dormir, em alguns abrigos da Cidade, a rua toda tinha casas com placas de Aluga-se ou Vende e não venderam. Estão lá até hoje. Então, esse é um problema sério e temos de assumi-lo.

Nesse caso temos de flexibilizar, a legislação tem de mudar e temos de compensar o vizinho. Temos de achar um mecanismo, porque quando se escolher um local, a briga vai acontecer.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO - Exatamente. Tomei a liberdade de pedir a palavra, porque me sensibilizou a posição do Vereador Juscelino Gadelha dizendo que já estava cansado. Eu, entendendo a manifestação e a posição do nobre Vereador, sei que é difícil. Mas, existe essa bandeira nova, que temos de empunhar e esta Casa Legislativa tem de nos apoiar.

É a flexibilização da legislação e nós temos de estudar juridicamente. Estamos criando um grupo de trabalho, não gosto de usar a expressão “grupo de trabalho”, que para mim retarda as providências, mas estamos tomando a providência de tentar apresentar soluções. Necessariamente, as soluções que forem encontradas passarão por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dr. Luiz, uma sugestão. Apenas para formação de ideia do assunto, que o senhor conhece, com certeza. A Prefeitura tem contrato de helicóptero, que é possível ser utilizado para finalidade específica como a sua, por exemplo. Você pode usar para fazer um sobrevôo sobre essas áreas. O senhor verá o tamanho da mancha de degeneração que se estende ao longo dessas áreas. De longe é possível perceber onde estão e o que acontece em seu entorno. Muda completamente, são verdadeiras manchas no solo de São Paulo. Na região Leste há áreas invadidas que são de preservação, área de

nascente. É impressionante a degradação do entorno, e áreas que jamais deviam ser tocadas estão com acúmulo de lixo sobre elas.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Entendo perfeitamente, essas providências serão tomadas evidentemente. Gostaria então de frisar dois pontos. Posso chamar – se não for politicamente incorreto – de inércia na Administração em determinar que as concessionárias executem. A atual Administração, a qual pertencço, o Secretário Dráuzio Barreiro é do Estado, corrigindo. Segundo ponto é que acho um dado importante a ser trazido na reunião de hoje, estamos com cinco centrais de implantação neste momento. São cinco! Tenho as duas da concessionária já mencionadas – Nunes e Santo Amaro. A SPTrans me liberou uma área na Benedito Fernandes em que devo acomodar aquela cooperativa da Mara, que está em lugar impróprio na Granja Julieta. Tenho a liberação de uma antiga unidade de transporte interno da Subprefeitura do Butantã, dentro do Parque Raposo que o Verde em conjunto conosco liberou. Está sendo implantado e foi à primeira vez que se conseguiu recurso de duas Secretarias para a execução, as obras foram iniciadas. Concomitantemente, vamos iniciar a compra de prensas, de empilhadeiras, de compactadores. Como é um galpão existente, as obras civis são menores, é um projeto pequeno, com menos de um milhão de reais implantaremos a cooperativa e pretendemos implantar. E a quinta é a famosa da Lapa, e para tirar o pessoal da Leopoldina e levar para lá. Essa também tem prazo, está atrasada, deveria ser entregue até 30 de março e agora estão prometendo para 30 de julho. São obras civis, mas está tudo pronto, todos os equipamentos estão em fase de licitação ou recebimento. São cinco em execução. A da Benedito Fernandes eu ainda não tenho o que mencionei, é a burocracia, não tenho a aprovação de EDIF.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Nessa linha conseguimos vislumbrar uma situação melhor também as empresas com disposição, se ela for cutucada na questão da antecipação delas, nas obrigações contratuais que são para frente, se voltarmos eles dizem que podem ajudar. Se esta Comissão oficializar Limpurb pedindo que seja antecipada a criação

de cinco centrais, como estão no contrato com as empresas concessionárias, vocês poderiam analisar internamente, na Secretaria para conversar com as empresas e ver da possibilidade antecipação.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Isso já foi analisado. A primeira foi autorizada, essa que está em execução para ambas. A segunda para ambas também está autorizada. Estamos em processo... O que preocupa a Administração...

O SR. ÍTALO CARDOSO – Isso faz parte das cinco do contrato que estamos falando, do ano de 2003?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Não, só duas. A da Loga, especificamente. Das cinco que prometeu, uma já está, que é em Perus, a segunda está constando desse re-equilíbrio e a terceira também do re-equilíbrio que está sendo ultimado e que será assinado no correr do mês de maio, se não passar... Da Loga tem uma em implantação, Santo Amaro; e outras duas também no re-equilíbrio autorizado. Tomamos um pouco de cuidado de não trazer todas para cá porque impacta tarifa, agora é o lado da Administração, e poderíamos esbarrar na não disponibilização de área. Como eu tenho instrumentos contratuais para determinar evidentemente as implantações futuras, isso vira objeto de reajuste tarifário. Num outro re-equilíbrio depois de cinco anos talvez possamos numa atividade negocial, com as duas concessionárias, evidentemente, chegar a bom termo. Então instrumentos para a consecução desses objetivos existem no próprio contrato, mas com todas as heresias jurídicas que o nobre Vereador citou. Mesmo com as eventuais heresias, se estou sendo politicamente incorreto, peço desculpas, mas tenho de dizer porque com o meu Secretário, com quem eu converso também não concorda com esse termo de ajuste de conduta, mas esse é um problema que não podemos discutir abertamente, mas existem instrumentos, podemos fazer.

Digo mais, volto ao tema que o Vereador Ítalo Cardoso se referiu. Gostaria muito de contar com o apoio de vocês. Diria que buscamos a flexibilização nas 17 centrais previstas no

contrato e outras tantas necessárias sairão. A questão da reciclagem tem detalhe importante que ocorreu nesta Administração. Por força de determinação legal todo o lixo reciclado seria destinado às cooperativas conveniadas e elas hoje não suportam a totalidade da coleta seletiva que é feita. Havia então o problema da destinação, as concessionárias reclamavam que não tinham como entregar porque elas, as cooperativas, estavam em determinado momento recusando. Também com uma briga jurídica conseguimos criar mecanismos para que desde que haja recusa expressa das cooperativas conveniadas, as concessionárias estão autorizadas a destinar a outros locais. Para também não ficar sem poder dar destino ao que estava sendo feito de coleta seletiva. Isso foi feito na Administração Dráuzio Barreto, eu só ultimei as providências, não participei, entrei quatro meses depois do Dráuzio, em novembro estava em Limpurb.

Temos o Valdecir, Diretor de Limpurb, que cuida dessa parte, ele tem sido perene. A capacitação dele, é uma pessoa que luta, tem sido perene. Várias administrações têm sido trocadas. Disseram quando eu entrei que esperavam que eu tivesse mais de três meses. Estou a oito meses, estou entrando, mas o Valdecir está lá há bastante tempo.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Eu pediria à Comissão de Política Urbana para fazer dois ofícios. Um quanto ao fortalecimento da antecipação dos galpões, é uma situação que está acontecendo, é uma forma de ajudar a criar um apoio da Casa. E o segundo é que foi feita comissão de estudos para flexibilização da questão da lei, do incentivo às cooperativas. Participamos, nós estamos na comissão para ajudar porque quando a lei vier à Casa vai estar mais tranquilo, muito mais costurado politicamente para agilizarmos o que estão pedindo. Se fizermos assim acho que conseguiremos no semestre que vem, até o final do ano, para que tenhamos a flexibilização das cooperativas e também participar da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou pedir à assessoria para elaborar um documento desse para que possamos em sessão ordinária da política urbana aprovar o texto e em seguida encaminhamos para que não tenha heresia.

Vereador Juscelino, temos de fazer o terceiro ofício para manter (ininteligível).

O SR. JUSCELINO GADELHA – Lógico. E só um apoio, a Cantareira viva colhia duas toneladas/ via. Parou de colher por falta de incentivo, então, se puder sentar com o Sr. Valdeci para ajudar aquela região do Tremembé, Tucuruvi, que ficou sem apoio, eu também ficaria muito agradecido.

Eu tenho uns ofícios para a Loga, mas, depois, conversamos sobre questão de containeres, algumas coisas que combinamos por ofício, então, conversaremos posteriormente na informalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou passar a palavra ao Dr. Nelson Domingues para falar especificamente da Ecourbis.

O SR. NELSON DOMINGUES – Inicialmente, cumprimento todos os Srs. Vereadores e os demais presentes. Abordando as duas questões formuladas anteriormente, ilustradas com bastante propriedade por meu colega Luiz Gonzaga, a questão do motivo pelo qual as centrais de triagem ainda não estão prontas.

Evidentemente, no caso específico da Ecourbis, que tem como responsabilidade a implantação e construção de 12 centrais de triagens, com o advento da postergação dos marcos, em outubro de 2007, ficamos com uma cronologia assim distribuída: três unidades deveriam ser construídas no 9º ano, 2013; mais três no 10º ano, 2014; três em 2015 e mais três centrais em 2016, perfazendo então as 12 centrais de triagem previstas em contrato.

O Sr. Luiz Gonzaga falou algo que vou complementar. Tenho por mim que as concessionárias não têm referência, não são nem a favor nem contra. Nós somos a favor de cumprir, sim, integralmente, dentro das regras do nosso contrato, todo o escopo do objeto. Então, do mesmo jeito que somos favoráveis às centrais de triagem e somos favoráveis à coleta, porta a porta, em favela, enfim, a uma série de itens que são listados como obrigação das duas concessionárias. Portanto, a nossa vontade, desejo e obrigação de cumprir

integralmente o objeto.

Conforme já explanado pelo nosso diretor, Dr. Fragoso, em parceria com a Prefeitura e o Sr. Valdeci, identificamos uma área pública próxima ao transbordo Santo Amaro, atrás do autódromo, e esse transbordo já está devidamente licenciado pela Ecourbis, junto a Cetesb, e nesse momento encontra-se também em fase de licenciamento a parte administrativa junto a Sehab.

É uma área muito interessante que já tem uma vocação para a atividade por conta da existência do transbordo Santo Amaro, bem como a existência de uma central de triagem, uma das pioneiras que existem desde que iniciamos o contrato, assim como uma outra cooperativa ao lado, as quais têm recebido os nossos resíduos.

Evidentemente que não temos conseguido entregar a totalidade por vezes do resíduo que coletamos. Conhecemos a região como a palma da nossa mão, coletamos todas as vias abertas à circulação de caminhão e temos a obrigação de conhecer geograficamente todas as características do nosso território de operação.

Dessa forma, a Administração acabou “autorizando” em caráter secundário, como bem explicado pelo Dr. Fragoso, na eventualidade da impossibilidade de recepção das centrais oficiais, que outras entidades de reciclagem recebessem o resíduo. Ainda assim, temos encontrado alguma dificuldade em entregar a totalidade dos resíduos.

Eu gostaria de acrescentar algo que considero de extrema contribuição para o sistema. Como se sabe, as concessionárias, ao implantarem uma central de triagem desse porte: moderna, muito bem planejada, equacionada, do ponto de vista não só da funcionalidade operacional, como a questão de segurança das pessoas que lá trabalharão, questões de higiene, de salubridade. O Dr. Paulo Frange, médico, sabe da importância de haver num equipamento como esse a dotação mínima necessária para se trabalhar com segurança, higiene, enfim, cumprindo todos os aspectos ambientais.

Então, para se entregar a chave oficialmente de uma central de triagem, nós

passamos por um licenciamento junto a Cetesb, afinal de contas é um empreendimento que envolve uma construção da ordem de mil metros quadrados, envolve resíduos. E além do licenciamento da Cetesb, deve ser obtido, não podemos deixar a postura municipal, o Alvará de Funcionamento.

Existe uma tramitação na aprovação do projeto como um todo que passa pela Secretaria de Habitação. E como bem mencionado por alguns dos senhores, a Cidade vive hoje um momento muito grande de empreendimentos sendo incorporados. E é sabido que dentro da Secretaria de Habitação existe um volume muito grande de análise de projetos.

Considerando a natureza e o caráter social das centrais de triagem, poderíamos, em nome desse interesse público e social, tentar agilizar o trabalho de análise e aprovação dessa central de triagem na Secretaria de Habitação, pois essa questão é do próprio Município.

Então, acho que, com boa vontade, com bom entendimento do Secretariado envolvido, podemos agilizar essa etapa que, como todos sabem, é morosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Nelson, esse assunto nos incomoda muito, não só isso, mas quando da aprovação de uma edificação de um hospital é o mesmo processo do que um condomínio de um luxo, então, ficamos no aguardo.

Com relação especificamente a essa situação, que provavelmente envolve a Loga, sugiro o seguinte: que encaminhe a relação dos processos que estão em aprovação para a Comissão de Política Urbana, não em nome de ninguém, mas da Comissão mesmo. E nós faríamos um requerimento a Sehab para aprovação específica em cada área, para que pudesse agilizar ou fazer em menor tempo possível em nome desse interesse público.

Sem dúvida, não estamos passando na frente de ninguém. Essa é uma dívida que São Paulo tem e estamos tentando cumprir e resolver. E há contrato com datas marcadas. Então, não podemos deixar essa barreira ser intransponível. Acho que não se trata de estar usando influência para modificar a velocidade da tramitação na Secretaria, mas é uma questão de prioridade para nós.

Nessa mesma linha, uma questão que me preocupa é sobre uma informação de que sua empresa tem uma área na região da Jacu Pêssego que está aguardando também alguma manifestação da Subprefeitura para que se transforme numa área de garagem de caminhões. É da Ecourbis a área? Não é estação, não é coleta, nada?

O SR. NELSON DOMINGUES – Eu explico. A Ecourbis dispõe de duas unidades operacionais, uma na zona Sul, localizada junto à Av. Carlos Caldeira Filho, próximo à linha do Metrô.

E dada a dimensão da nossa extensão territorial, que é muito grande, nós coletamos até divisa com Itanhaém.

Nós coletamos até divisa com Itanhaém. Nossa extensão alcança 110 quilômetros em linha reta. Extensão de domínio operacional.

Dessa forma, temos uma segunda unidade de igual dimensão, instalada ali na Jacu-Pessego, mas creio que, há dez dias, foi publicado no *Diário Oficial* e já temos, já dispomos da licença de funcionamento da garagem. Então, está perfeitamente regulada. Está licenciada não só pela Cetesb, como agora pela própria Prefeitura. Evidentemente que nós, prestadores de serviços, concessionários públicos municipais, temos de ter nossas unidades aprovadas em todas as esferas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, isso já está resolvido?

O SR. NELSON DOMINGUES - Está resolvido, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É um problema a menos, então?

O SR. NELSON DOMINGUES - Um a menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está bem, então. Nobre Vereador Ítalo Cardoso, tenha V.Exa. a palavra.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Sr. Presidente, eu sei que o senhor tem um tempo para terminar a reunião e ainda há algumas pessoas interessas em fazer do uso da palavra, mas gostaria de fazer ainda umas perguntas ao Sr. Nelson, e o Sr. Fragofo falou como uma saída

emergencial, mas quero saber se esse excedente que os senhores estão repassando para essas entidades, essas pequenas cooperativas, se tem algum termo de contrato, alguma coisa formalizada entre a Prefeitura, autorizando os senhores a fazer isso, e entre os senhores e essas entidades, essas pessoas, a receberem esse material?

O SR. NELSON DOMINGUES - Parte B. É a resposta da parte B. Existe, sim. O Limpurb nos oficializa e nos autoriza dentro dessas premissas de...

O SR. ÍTALO CARDOSO – Com documento?

O SR. NELSON DOMINGUES - Com documento, dizendo que podemos, então, em caráter secundário, opção de segunda ordem...

O SR. ÍTALO CARDOSO – E os senhores também fazem...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NELSON DOMINGUES - Ah, sim, muito lembrado por nosso Diretor. Interessante, o aspecto prático: um caminhão nosso ao passar por uma central de triagem, oficial, devidamente autorizada e que preenche todos os requisitos, na eventualidade de não poder receber o resíduo, ela assina um documento para nós. Aliás, nosso motorista de caminhão já leva um formulário, onde ela declara que, naquela data, naquela circunstância, ela abre mão da descarga daquele caminhão.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Preste atenção, Sr. Presidente, por favor, estou falando aqui na transferência de responsabilidade.

O SR. NELSON DOMINGUES – Pois não.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Estou falando de um trabalho, por exemplo, a partir do momento que a Prefeitura, ou o senhor, recolhe esse material ele passa a ser de responsabilidade da Prefeitura. A partir do momento que a Prefeitura autoriza o senhor, num caráter emergencial, secundário, plano B, a passar esse material para um grupo de trabalhadores que não estão cadastrados, conseqüentemente, não estão...

O SR. NELSON DOMINGUES – Estão cadastrados, desculpe Vereador, eles estão

cadastrados. Eles vêm como uma, foram triados, passaram por uma análise de Limpurb, está aqui o Sr. Valdeci, e não são todos que podem preencher alguns requisitos.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Quantos são ao todo, o senhor sabe?

O SR. NELSON DOMINGUES – Olha, eu disponho hoje, na unidade sul, opero com 12 entidades passíveis de receber material reciclável; e mais nove na unidade Leste.

Esse número era menor e foi aumentado agora, justamente por conta desse trabalho de melhoria de aumento das entidades que podem receber o material reciclável.

O SR. ÍTALO CARDOSO – E essas entidades, depois, podem fazer a entrega na mesma condição das entidades cadastradas?

O SR. NELSON DOMINGUES – Evidentemente, está aqui o Valdeci para falar com mais propriedade, mas já são entidades que resumem alguns requisitos.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Valdeci, elas podem fazer?

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS – Essas entidades foram cadastradas a título precário, como o Sr. Nelson já havia dito.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Precário em que sentido?

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS – A autorização a título precário.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Só a autorização ou os direitos também?

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS – Não, a autorização a título precário, por que muitos grupos ainda têm falta de alguma documentação para se formalizar legalmente.

No caso de impossibilidade das cooperativas conveniadas com a Prefeitura, com possibilidade momentânea de processamento, as concessionárias estão autorizadas a entregar a esses outros grupos, núcleos e associações.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Sim, mas quero saber do passo seguintes. As entidades conveniadas recebem esse material e depois de fazer essa separação, eles têm para onde levar, eles têm uma destinação? Eles têm o mesmo tratamento que os formalmente conveniados, ou não?

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS – Mas, tratamento em que sentido, Vereador, não entendi. O senhor fala de rejeito da operação?

O SR. ÍTALO CARDOSO – Sim, sim.

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS - O rejeito da operação quando a concessionária entrega o matéria. O eventual o rejeito é retirado pela própria concessionária.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Então é um cuidado que tem de ter, porque senão estamos passando de forma precária, já que a Prefeitura do Município de São Paulo passa de forma precária, reconhece que ela existe. Se reconhece, que ela existe a nossa intenção que ela seja devidamente reconhecida nos mesmos direitos que todas as outras. Porque no caso de uso, talvez alguém entrega lá um Césio para esse pessoal separar, ninguém está fora disso. Se existe um contrato formal sabemos para quem dividir as responsabilidades. A preocupação é não saber para quem passar a responsabilidades nesses casos em que são passados para entidades que não estão devidamente catalogadas e registradas como são aqueles que podem receber. Essa é a preocupação Sr. Presidente, o senhor como estudioso da área também. Gostaria, se o senhor pudesse depois mandar para a Comissão a relação dessas entidades que recebem excepcionalmente. Apenas uma observação, o que era sete, com Loga virou 12, então não estamos falando mais de sete, estamos falando de 19 e não estamos falando mais de 2004, estamos falando de 2016.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO- Apenas para corroborar as preocupações do nobre Vereador Ítalo Cardoso, no sentido embora essas entidades que identifiquei por meio desse documento, elas estejam, vamos dizer assim, a título precário, todas as exigências necessárias para que ela faça são cumpridas. Ela é precária, exatamente porque o objetivo é criarmos a reinserção social. Esse é o detalhe. Não que seja precário as condições de operação dela. É autorização precária exclusivamente que não é nosso interesse manter, que eles recebam e sim é nosso interesse e nosso dever obrigação de criarmos as 17 centrais previstas...

- Apartes fora do microfone.

O SR. ITALO CARDOSO – O senhor tem prazo para acabar com essa precariedade?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Entendo que tão logo, primeiro que é só para essas entidades que não estão como cooperativas conveniadas, aquilo que elas expressamente recusa caso a caso...

O SR. ITALO CARDOSO – Compreendo. Quero saber qual é a quantidade que vai para essa precariedade hoje? Qual é o percentual?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Hoje é muito pouco. Houve um determinado momento, algumas cooperativas, é isso que ocorreu, salvo equívoco, talvez não esteja falando uma coisa muito correta, mas em um determinado momento o material a ser reciclado oscila preço. Algumas conservam o estoque. Nesse momento elas não querem receber mais porque estão com estoque cheio. Salvo equívoco.

O SR. ITALO CARDOSO – A prestação de serviço é um negócio, não mim interessa receber, a partir do momento em que assino para prestar serviço.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO- A cooperativa não tem disponibilidade local. Falta de espaço, não é que elas não queiram recusar, não. Não tem espaço. Foi essa a explicação que foi dada.

O SR. ITALO CARDOSO- Nossa conversa aqui vai até, vai até que essa parceria vai até em momento que vamos negociar com a Avidro, Clabin, com todo mundo para poder fazer um preço tabelado para todo esse pessoal.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Sem dúvida, vai chegar nisso sim.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Ai a Secretaria da Viva está louco para trabalhar e não consegue. Vamos ver se conseguimos trabalhar.

O SR. VALDECIR PAPAZISSIS - Essas novas centrais de triagem, objeto do contrato das duas concessionárias, é um projeto muito interessante, porque além de

contemplar o que já citei é instalado em uma área tal que permita à cooperativa que estiver lá operando tenha liberdade de negociar o seu material reciclável com uma condição de mercado. Ela precisa ter a sua receita e o seu resultado. Se ela é obrigada a processar o material e vender no dia seguinte, se verá impedida de auferir um bom preço num produto que ela trabalhou.

Então, entendemos como justo. A questão da área, Vereador, ter uma área, um pulmão para que eles possam guardar o seu resíduo é de vital importância. Isso consta...

O SR. ÍTALO CARDOSO – Só que a prioridade da prestação do serviço público deve estar acima do preço.

R – Sem dúvida alguma.

P – Por isso, a Prefeitura tem de coordenar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Perfeito. Dr. Fragoso, para encerrar e ouvir os nossos convidados, lembra o Dr. Dráusio Barreto, uma frase que não tem (ininteligível), mas gostaria demais de ver esse contrato de concessão, porque hoje tem característica de contrato de prestação de serviço de ser um dia uma PPP. Uma pena que na época não tínhamos a legislação forte, segura, bem feita de parceria público privada.

Se o Lício e o Delson fossem hoje parte de um trabalho que a Prefeitura em parceria público privada com regras bem claras, não teríamos de passar por nada disso. E ainda há tempo. Não sei como conseguiríamos transformar, mas ele que tem formação jurídica, quem sabe um dia tenhamos esse processo dentro de uma parceria público privada. Leve esse recado para nós.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Levarei sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Emília Câmara Santana. Por favor, diga de onde é para registro.

A SRA. EMÍLIA CÂMARA SANTANA – Participo de uma ONG chamada Observatório Ambiental e também acompanho na Câmara Municipal de São Paulo pela

Comissão de Direitos Humanos a discussão do PAC que acontece todos os meses. Ajudo no Gabinete do Vereador Ítalo também.

Tenho algumas questões. Vou tentar misturá-las, pois estão interligadas. A primeira delas é quanto se gasta com a coleta do lixo em dinheiro, em toneladas e quanto se gasta com a coleta seletiva em dinheiro e toneladas. Após a resposta, veremos que se gasta muito para enterrar o lixo e bem menos para a reciclagem. São 17 galpões pelas concessionárias, dez galpões pelo PAC e quatro galpões pelo crédito de carbono. A minha preocupação é que hoje há 20 grupos conveniados com a Prefeitura e quando a Loga diz que tem dois novos para Miguel Yunes é para grupo já conveniado. Então, não vai ampliar o número de grupos. Há aquele que tem de sair do aluguel e há vários nessa situação na Prefeitura.

Temos uma série de catadores, um número imenso que está discutindo para entrar em um espaço, para obter dignidade e condições melhores no seu trabalho. Esses catadores ficam sempre esperando. Na lista do PAC, por exemplo, a Leopoldina já é conveniada com a Prefeitura desde 2004 e a primeira que tem de sair da Leopoldina vai utilizar verba do PAC e não entra um grupo novo. Não sou contra que o problema da Leopoldina deva ser resolvido ou da Coopercaps que está em lugar alugado, só que os catadores estão trabalhando de forma hiperprecária e precisam entrar novos grupos. Por exemplo, em Miguel Yunes tem a Coopercam desde 2007. Trabalham e levam seus resíduos nas suas casas, de Pedreira e Cidade Ademar. Só possuem o CNPJ. Estão na lista do PAC e não sabemos se sairá galpão do PAC para a Coopercam. E agora vocês estão vendo a Miguel Yunes para um grupo que já está conveniado desde 2004.

Então, fico muito preocupada com isso. Deve haver uma comissão de acompanhamento. Gostaria que o Ítalo também escutasse. Roberto, quero falar uma coisa para o Ítalo escutar que é a questão de uma comissão de acompanhamento para essas centrais, com representantes de catadores, de grupos que estão apoiando esse trabalho e também da Câmara Municipal. Penso que tem de haver uma comissão que dialogue para

poder saber inclusive quais os grupos, porque senão fica pronto e não saberemos nem quem entrou.

Outra questão. Pergunto aos representantes das concessionárias qual a possibilidade de aditamento do contrato para que essas áreas, caso a municipalidade não consiga disponibilizá-las, sejam adquiridas pelas concessionárias e remuneradas pela Prefeitura. Porque a maior dificuldade nessa discussão dos galpões para centrais de triagem é a questão das áreas.

Então, uma comissão de acompanhamento é fundamental, porque não dá para esperarmos as coisas ficarem prontas e ficarmos sabendo que tal grupo vai participar, sendo que estamos há anos trabalhando com vários grupos que estão aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Tem a palavra a Sra. Luzia Maria Honorato.

A SRA. LUZIA MARIA HONORATO – Bom dia a todos, ao Presidente, ao representante das concessionárias e ao Diretor da Limpurb. Tentarei ser breve, até porque já me senti contemplada em algumas falas da Emília e a isso sou grata.

Quero dizer que cada vez mais nos sentimos excluídos; parece que continua sempre a mesma coisa, tudo igual. Cheguei a ouvir que esta era uma reunião e depois que era uma audiência pública. Para mim, o importante é que reflitamos em caráter de urgência sobre o que está acontecendo. É muito legal saber que temos a Câmara à nossa disposição e que os Srs. Vereadores Ítalo Cardoso, Juliana Cardoso, Juscelino Gadelha, dentre outros, são nossos companheiros e parceiros, mas, além de parceiros, precisamos de responsabilidade social. No entanto, percebemos que essa questão está um pouco distante quando se trata dos catadores.

Eu sou catadora da Coopercose, uma cooperativa que passou a existir como um marco na história a partir do movimento Fora Lixão, porque na época, em 2001, Perus não podia continuar sendo o receptor de 15 mil toneladas por dia de lixo. A Cidade precisou repensar essa situação.

Fala-se muito do incêndio na Granja Julieta, mas não se fala do incêndio na Coopercoose e de outros que já aconteceram na Cidade e até fora dela. Temos as 17 centrais que já foram negociadas. Mas, se há dinheiro, por que não é possível construir? Esse é o nosso maior problema. Na verdade, gostaríamos de sair daqui hoje, Srs. Vereadores, com uma resposta, porque os representantes das concessionárias gentilmente nos informaram que o problema não é a falta de dinheiro. Se o problema não é esse, qual é, então?

A Emília nos lembrou que há dinheiro do crédito de carbono desde 2007, e desde então estamos discutindo isso; primeiramente na USP, depois na Câmara e no movimento nacional. Já discutimos muito quem ia gerenciar essas centrais, mas elas não saem. Portanto, não adianta formarem gestores, porque eles não terão o que gerenciar.

Como catadora, estou me sentindo violada. Permita-me até um termo grosseiro: estuprada, porque tocaram fogo na nossa cooperativa no dia 14 de setembro de 2008 e em dezembro fizeram o mesmo na Granja Julieta. Foram incêndios criminosos, como uma forma de dizer que incomodamos. E estamos apenas tentando ajudar a construir uma política pública justa e devido a isso estamos nos colocando à disposição a cada segundo. Já defendemos o nosso direito diante do pessoal da concessionária Loga, da Limpurb, da Câmara, do Instituto Pólis e do movimento nacional.

Quando tocaram fogo ao aterro Bandeirantes, a Coopercoose foi para o viaduto de Perus. Ameaçaram multar o responsável por nos ter emprestado o espaço. Quando fomos para a Coopercicla, nos roubaram, não nos deram um tostão. Para ir para a Leopoldina, nos disseram que a Coopercoose teria de sair também. Fomos parar na fábrica do Jaraguá. Não pudemos ficar lá, porque a fábrica tinha interesses com um outro empreendedor, e pedimos para voltar para a Coopercicla. Já passamos por seis espaços e hoje estamos no Espaço Aliança, que fica no City Jaraguá, de responsabilidade da Secretaria da Habitação. Estamos com a documentação em ordem. Já providenciamos estatuto, CNPJ, inscrição estadual, certidões, só faltava o espaço. E agora que temos o espaço, exigem que das nossas certidões

constem o endereço do espaço.

Dr. Luiz Antonio Fragoso, o senhor sabe quando a Limpurb mandou uma carta para nós? No dia 9 de novembro de 2009, pela diretoria da Secretaria. Desde esse dia a Coopercoose está tentando colocar a documentação em ordem, porque sempre falta alguma coisa e acabamos presos nessa burocracia e ficando para trás.

Não é só a Coopercoose que está nessa situação. A Cooper Água Branca, uma cooperativa formada por 40 mulheres, também está precisando de socorro, porque está sem galpão para trabalhar, apesar de já terem recebido formação do movimento nacional e estarem capacitadas para trabalhar. A Coopercral está situada numa área de manancial. Além de muitas outras, como a Cooper Cantareira Viva, Coopergaia, Reciclázaro, Recicla Pirituba, Coopercam, etc.

A cidade de São Paulo, então, precisa ter um olhar justo para esse assunto para que também possa desenvolver uma política justa, já que a política nacional abre precedente para que a sociedade também possa participar.

Eu ainda queria falar da remuneração e da política nacional, mas, como o meu tempo chegou ao fim, deixo ao Sr. Presidente o meu agradecimento. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Obrigada, Sra. Luzia. Tem a palavra o Sr. Bispo, da Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério.

O SR. BISPO – Bom dia a todos. Cumprimento o Vereador Ítalo Cardoso, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa. Sou catador de material reciclável.

Quando se fala em política nacional, tem de haver incentivo a cooperativas e a catadores, mas infelizmente isso não acontece na cidade de São Paulo. Temos duas áreas no centro da Cidade, que fazem parte das ZEIS, que são as Zonas Especiais de Interesse Social, onde podem ser implantadas moradias e que podem servir para gerar renda e trabalho. Eu gostaria de saber por que essas áreas não são contempladas pela Loga, já que são áreas que

estão há mais de 12 anos abandonadas. Uma se localiza perto do viaduto do Glicério, exatamente embaixo do viaduto, com 10 mil metros; a outra se localiza na esquina da Rua Lavapés com a Rua dos Estudantes, com 20 mil metros.

Quanto à Limpurb, hoje há mais de 150 grupos de catadores, infelizmente, numa cidade que deveria ser exemplo. A quarta maior metrópole do mundo não é exemplo para a coleta seletiva de materiais recicláveis. Há também a questão da documentação.

A cooperativa foi formada e fundada em 2006. Pagamos IPTU em baixo do Viaduto do Glicério todos os meses, sem termos cessão de área. Por isso, nós, catadores, muitas vezes, ficamos fora de projetos. A grande dificuldade era com o Sr. Dimas Ramalho. Depois que saiu, entrou o Sr. Weber(?). Agora entrou o Sr. Valdecir. Mais de 150 grupos de catadores não conseguem convênio com a Prefeitura. Alguns por causa de documentação. Hoje há uma lei, na cidade de São Paulo, a 14.973. As grandes empresas que têm equipamentos e caminhões, possui sua logística. Os nossos carrinhos são as nossas ferramentas de trabalho. Essa lei está prejudicando muito os catadores. Por que digo isso? Porque as empresas, em cima dessa lei, estão fazendo parceria com os grandes geradores. Em muitos pontos, catadores estão perdendo. Na lei, é dito que uma parte tem de ser cedida para cooperativas e associações de catadores. Ocorre que isso não está acontecendo. A Limpurb tem de fiscalizar tudo isso. A cooperativa tinha uma logística de 80 pontos. Hoje perdemos 30, estamos com 50 pontos. Grandes empresas vão lá e estão tirando nossos pontos. A Limpurb está fazendo a fiscalização. Os 10% precisam ser passados para as cooperativas e associações de catadores.

Quanto à Loga, há uma grande dificuldade. Há grupos conveniados com a Prefeitura. Há materiais que ficam quase cinco ou seis dias dentro da cooperativa. Hoje coletamos, em média, 300 toneladas por dia. Para não deixarmos os produtos serem danificados ou rasgados, deixamos lá. O caminhão que faz a logística do entorno do Glicério demora cinco a seis dias para fazer a coleta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O senhor paga IPTU nessa área?

O SR. BISPO – Todos os meses, pagamos um carnê. Sei que há o símbolo da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gostaria que o senhor encaminhasse cópia do documento.

O SR. BISPO – Acho que tenho uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Claudemir Barbosa.

O SR. CLAUDEMIR BARBOSA – Trabalho numa ONG chamada Movimento em Defesa do Favelado, e faço parte do GT da coleta seletiva, grupo que se reúne no Gaspar Garcia. Pelos Direitos Humanos, acompanho o trabalho feito pelo grupo da coleta seletiva.

Entramos numa briga com o Poder Público quanto ao convênio com as cooperativas. Sabemos da dificuldade de elas estarem tirando essa documentação, por questões financeiras e não entendimento, talvez, de toda essa complexidade que é a documentação. Por meio de um projeto, que conseguimos pelo Grupo Male, conseguimos dez mil reais para legalizarmos dez cooperativas, para estarem entrando nessa questão dos convênios junto à Limpurb.

Apresentamos alguns documentos. Foi apresentada, na sexta-feira, essa documentação. Há uma questão redundante. Quando apresentamos os documentos, ata, estatuto e cinco certidões negativas federais, estadual e municipal, FGTS e INSS, a Limpurb dá um prazo de 60 dias para sair em edital, para fechar esse convênio. Só que essas certidões vencem em 30 dias. Na última reunião que houve, na Câmara, o Sr. Valdecir disse: “Venceu uma das primeiras certidões que entramos”, referente à cooperativa da favela Vila Prudente, embaixo do Viaduto Grande São Paulo. Pela segunda vez, entram com a documentação, na Limpurb, para ser feito o convênio.

Ontem falei com a Sra. Maria Helena. Disse-lhe: “Pode ser que saia em 45 ou 60 dias. Daqui a 30 dias, vão vencer novamente as certidões”. Apresentei-as todas novamente. Tudo isso vira uma bola de neve, e não conseguimos resolver essa questão.

Quanto à reclusa expressa pelas cooperativas, digo que as acompanhamos de perto. Saiu uma denúncia, que os materiais recicláveis estavam indo para os aterros. Assim, saíram correndo, para conseguirem as cooperativas não conveniadas. Foi feito um contrato paralelo. O Novo Pensar tem um contrato, para receber os caminhões com computadores. Aí, as cooperativas não comportam. Por exemplo, fizeram uma pressão sobre a (ininteligível), que fica debaixo do Viaduto Grande São Paulo, para receber o caminhão, mas não há nem estrutura embaixo do viaduto para receber os veículos. Por isso, há recusa por parte de alguns caminhões compactadores, vindas de cooperativas não conveniadas.

Quero reforçar a questão do apoio da comissão. Estamos regularizando pelo GT, por esse projetinho, dez cooperativas. Todas elas têm de pagar ISS. No dia 7 de junho, vence a taxa de 80 reais, seja para quem se encontra embaixo do viaduto, em fundo de quintal, seja em casa de qualquer catador. Ao ser tirado o registro, o CCM, essa taxa tem de ser paga. Além dessa taxa, há outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estão suspensos os trabalhos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a presença dos Vereadores Tião Farias, Toninho Paiva, Quito Formiga, Ítalo Cardoso e eu, na presidência, estão abertos os trabalhos da 2ª reunião extraordinária de 2011 para a instalação da subcomissão da Copa.

Para retomarmos os trabalhos da comissão anterior, vou suspender os trabalhos da instalação desta comissão.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos retornar os trabalhos. Caso contrário, não podemos instalar a outra comissão.

O SR. CLAUDEMIR BARBOSA – Falo da importância da manutenção dessas cooperativas e do seu acompanhamento em relação a toda essa burocracia. Estamos

regularizando. Entregam o documentação para a Limpurb, e depois não há nenhuma comissão, nem por parte do Poder Público, para acompanhar essas cooperativas de catadores, para poder não deixar que, novamente, esses encargos e essa burocracia venham engolir toda essa questão burocrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. Hugo Paiva.

O SR. HUGO PAIVA – Boa tarde a todos. Moro no extremo Leste da região de São Matheus, no Jardim São Francisco. Lá há vários mutirões, desde à época da ex-Prefeita Luíza Erundina. Estamos ao lado do rodoanel, inaugurada há pouco tempo. Acompanho a questão da coleta seletiva há muito tempo, desde quando foram implantadas as centrais, em São Paulo, na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy. Por todo esse tempo, encaminhamos várias demandas para as cooperativas, principalmente daquela região, e grupos organizados.

Por falta de mais investimentos nas cooperativas da região, inclusive dos grupos organizados, não há como colocarmos mais essas demandas lá.

Vou contar da obra do Rodoanel, que também já acabou, e de algumas pessoas ligadas à coleta seletiva, catadores de papéis. A empresa capacitou e formou alguns deles e, ao final, recolocaram-nos em outra obra, do Parque Linear em cima do antigo Aterro Sanitário Sapopemba.

Essa área do Jardim São Francisco é muito grande com quase dois milhões de metros quadrados. O pessoal da Limpurb conhece muito bem e sabe que temos vários espaços lá. Não estou querendo, inclusive, ultrapassar os grupos já organizados e que estão nessa lista para construir esses galpões, mas se houver vontade política; como colocado anteriormente, dizendo que serão abertas outras cooperativas, - pelo menos a intenção é essa; que não se esqueçam daqui do povo. A demanda lá é muito grande e a cada dia que passa está chegando mais pessoas.

Recentemente, estive com o pessoal da Chico Mendes e, como são pequenos, não está conseguindo colocar esse pessoal lá. Temos espaço, boa localização e uma aceitação legal. Temos um trabalho num conjunto habitacional com mil sobrados, só no setor A do São Francisco são 800 moradias e os moradores separam os materiais. Temos um terreno que o pessoal acumula material junto, mas não temos estrutura nenhuma. É uma área pública da Prefeitura, uma parte da Secretaria do Verde, outra da Habitação e outra ligada, - me parece – à própria Limpurb.

Existem outras áreas em São Paulo, como no Jardim da Conquista que é enorme, dos nossos amigos e da Associação, em que o Laércio é Presidente. Ali tem uma demanda de catadores de papéis e o trabalho é muito precário, feito na rua e têm áreas para isso, portanto, gostaria – não querendo passar na frente das entidades – que o pessoal se unisse, fossem abertas mais cooperativas e tivéssemos mais frentes de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Passarei a palavra para que cada um faça uma breve manifestação e possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Agradeço, mais uma vez, a disponibilidade de vocês e aos convidados.

O SR. LUIZ GONZAGA ALVES PEREIRA - Abordarei dois assuntos e, seguramente, os demais abordarão outros.

A concessionária pode arcar com o ônus da compra do terreno. O contrato de concessão é um instrumento que permite uma série de ações, se a Prefeitura assim o desejar e assim reequilibrá-lo, positivo.

Quanto ao rejeito que nós, da Loga, eventualmente, estejamos coletando fora do horário, existem dois caminhos. Primeiro, o senhor deve denunciar ao Limpurb, para que ele me multe. Segundo, o senhor pode telefonar para o 0800-7701111 e registrar a sua reclamação. Ela será, com certeza, vista, analisada e se, realmente, estiver errado, corrigiremos.

Obrigado.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO - Sobre alguns pontos mencionados, o Valdecir poderá especificar melhor. Agradeço o convite, me coloco à disposição para retomar quantas vezes forem necessárias.

Peço que os nobres Vereadores continuem na luta, porque esta Casa Legislativa precisa auxiliar muito na implantação das centrais de triagem.

Sobre a questão de documentação, esse é um assunto que precisamos mudar a legislação. Quando houver essa queixa, esse rigor burocrático que retarda, vamos dizer assim, os convênios e seus próprios termos, precisam ser reestudados e a legislação precisa ser adequada. Então, é um trabalho que, necessariamente, passa por esta Casa Legislativa.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Só para que o senhor não vá embora sem um chumbo, nós pedimos ao vosso departamento informação a respeito dos resíduos sólidos do serviço de saúde - o custo de todas as etapas, desde a coleta até o destino final – para que possamos entender melhor o projeto de lei que o Prefeito encaminhou a esta Casa, que aumenta em quase 70% o valor a ser pago pelas instituições que geram lixo na área de saúde. Pelo menos no município de São Paulo o aumento é astronômico. Ele corrige o contrato de 2002 para 2010 e aplica o aumento para 2011, o que não é suportável pelo segmento. Estiveram na Casa o Presidente do Sindicato dos Hospitais e as entidades filantrópicas, representadas pela Santa Casa, e nos foi mostrado que as instituições filantrópicas hoje têm uma dificuldade enorme de se manter. Esse aumento não cabe no equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas. A sugestão que conseguimos do Sindicato é que se aplicasse o IPCA a partir do ano que vem; pois ano a ano não haveria problemas. Porque a correção que tivemos pelo SUS e a correção que tivemos pelas operadoras nos últimos três anos não chegaram a 6%. Não teríamos a menor condição, como entidades de saúde, de efetuar essa correção. Nós gostaríamos de entender essa contabilidade. Conversei pessoalmente com o Prefeito e com o Secretário Maluf, e estamos procurando todos os

segmentos para que nos auxiliem a achar um equilíbrio, pois esse aumento pesará muito para as instituições.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO - Eu tentaria aclarar. Eu recebi seu ofício, e esses valores são como são as concessionárias. Pedi à Loga e à Ecourbis, que fazem essa coleta, que pudessem especificar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – O senhor já recebeu?

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Já recebi, e estamos trabalhando isso. No tocante à evolução da taxa, a responsável é a Secretaria de Finanças. Estamos só monitorando os dados, mas Limpurb não tem nenhuma participação nisso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – E hoje há, inclusive, uma notícia...

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Sobre o fato de o STJ ter cassado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Isso. Ele liberou os hospitais de São Paulo de pagarem a taxa do lixo. Essa era uma ação que estávamos acompanhando, esperando que se chegasse a essa situação. Precisamos trabalhar esse assunto.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – Enviarei essas informações, que já solicitei das concessionárias, porque isso está embutido no preço da concessão, e elas terão de fazer um estudo para fazer passar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) - Obrigado. Mexeu no bolso do Luiz agora...

O SR. LUIZ GONZAGA – É bom registrar que nós estamos falando de 70 mil pontos de coleta. O contrato começou com 4,8 mil na região Nova Este (?), hoje temos mais de 11 mil. Não precisamos checar muito custo para ver aonde vai chegar. Aproveito para agradecer mais uma vez a oportunidade e desejar a todos uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) - Esse assunto é muito complexo. Basta ver o que está acontecendo hoje nos Estados Unidos - que, neste mês, inclusive, sedia

eventos tratando do tema -: esse lixo da saúde, ao invés de ser tratado de modo cada vez mais caro e sendo objeto de cobrança, vem sendo, cada vez, produzido em menores quantidades pelas instituições de saúde, ou seja, deixa-se de usar indiscriminadamente um excessivo número de produtos que são descartáveis, pois o custo desse lixo é extremamente elevado.

Nossa preocupação, Luiz e Nelson, é que, com um aumento desses, não tenho a menor dúvida do que as instituições vão fazer: vão misturar o lixo hospitalar ao lixo comum e dizer que estão gerando menos. E esse mecanismo – que é o único de que dispõem hoje as instituições - será muito mais perigoso para nós.

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – O que o Luiz Gonzaga falou é realmente uma verdade. A quantidade que talvez venha a ser incorporada é de tal monta que com certeza requererá uma unidade, uma garagem específica para acomodar a totalidade de veículos para dar conta dessa ampliação. Obviamente que as concessionárias farão tudo o que for determinado, dentro das regras vigentes no que tange à questão do reequilíbrio, mas, sem dúvida, endosso o que o Luiz Gonzaga falou: não é uma ampliação, é muito maior do que o objeto original.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) - E também essa ação para 200 empresas... A sentença saiu para 200, que foram aqueles signatários, mas temos muito mais do que isso, temos 12 mil pelo menos com 70 mil pontos, não é isso? (Pausa)

O SR. LUIZ ANTONIO REALI FRAGOSO – E no tocante à questão das centrais de triagem, vou abraçar dois questionamentos, que julgo que competem a mim responder.

Em relação à Coopercam, essa central triagem que estamos construindo em Santo Amaro, na Avenida Miguel Yunes – o Valdecir depois pode abordar isso -, não entendemos que tenha que ser o grupo “a” ou o grupo “b”, a Prefeitura poderá agregar novos cooperados. Entendo que seja dessa forma, Valdecir. Essa identificação e essa determinação não são atribuição da concessionária.

Em relação à questão da zona Leste, abordada por último, sem dúvida nenhuma a

região do São Francisco, que conhecemos muito bem, é uma área de forte apelo, de grandes necessidades. Sabemos que existem áreas lá. Acho que seria importante que vocês, de forma organizada, elencassem e sugerissem essas áreas na própria Limpurb ou por meio da própria Subprefeitura, do Sr. Ademir. Sabemos, sim, dessas áreas, entretanto não dispomos dos dados oficiais de ocupação, de situação fiscal *etc.* Então, eu deixaria essa sugestão para que vocês também na zona Leste, na região de São Mateus, fossem contemplados com uma central de triagem desse porte.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Peço ao Valdecir para depois reunir-se com o Cantareira Viva. Eles estão aqui. Se o Valdecir puder marcar, talvez eu até vá junto. Obrigado, Valdecir. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Agradeço a todos, inclusive à Limpurb, pois as explicações desse órgão nunca nos faltaram. Eu gostaria que vocês levassem esta mensagem da Câmara: sempre estamos ávidos por informações e muitas vezes temos de convidá-los a virem a Casa. E esse não é um tempo perdido; com certeza, é um grande investimento no sentido de buscar o que há de melhor em termos de solução para o lixo de São Paulo. Mais uma vez, muito obrigado pela presença de todos os senhores. Está encerrada a presente reunião.